

# ONU: Especialistas em violência contra a mulher visitarão o Chile

*(Jornal GGN, 28/08/2014)* O grupo de especialistas das Nações Unidas sobre assuntos relacionados com a discriminação da mulher realizará uma visita oficial ao Chile, de 1 a 9 de setembro, para avaliar o progresso em direção à igualdade de gênero e a proteção dos direitos humanos no país.

Os especialistas se concentrarão na análise das reformas legislativas e nas políticas postas em prática pelo governo chileno, e examinarão também os respeito aos direitos da mulher dentro da família.

Ela também irá rever as conquistas e boas práticas na luta contra a discriminação a esse grupo da população em todas as esferas da sociedade.

Durante a missão de nove dias, os especialistas irão se reunir com autoridades nacionais, representantes da sociedade civil e com especialistas locais e acadêmicos.

***Acesse no site de origem: [ONU: Especialistas em violência contra a mulher visitarão o Chile \(Jornal GGN, 28/08/2014\)](#)***

---

## O conceito de crime passionnal é uma invenção, diz Isabelle Delpla

*(O Globo, 28/08/2014)* Filósofa francesa e professora da Universidade de Lyon, esteve no Rio para dar uma palestra sobre violência e paixão no evento Ciclo Mutações 2014.

“Tenho um filho de 10 anos e adoro fazer longas caminhadas. Faço parte de uma geração que ficou chocada com a guerra na antiga Iugoslávia e com o genocídio em Ruanda. Nos últimos anos, trabalhei em temas relacionados com a violência, acompanhando o julgamento de criminosos de guerra na Iugoslávia”

### **Conte-me algo que não sei.**

O conceito de crime passional é uma invenção, uma criação judicial, feita para ajudar na defesa de criminosos, camuflando um histórico de violência contra as mulheres.

### **Qual a ligação entre violência e paixão? Aparentemente, são duas coisas que não combinam.**

São dois conceitos que influenciam decisões judiciais e nossas percepções sobre suas relações. Durante minhas pesquisas, aprendi que existe sempre um aspecto humano na violência. A paixão, estritamente falando, não explica as causas da violência, mas ajuda a entender suas motivações. A violência sem paixão, por exemplo, foi usada pelos oficiais nazistas e muitos outros para justificar seus atos, sob o argumento de que estavam apenas cumprindo ordens.

### **Então a obediência cega às ordens é um mito?**

Sim, sem dúvida. É uma criação jurídica para ajudar na defesa dessas pessoas. Há sempre um espaço de liberdade para interpretar ordens.

### **Recentemente, um policial aplicou uma gravata em um homem desarmado numa rua de Nova York e não largou, mesmo com a vítima dizendo que não conseguia respirar. O homem, que era asmático, morreu na calçada. Esse seria um exemplo de tal mito?**

Sim, porque ele poderia ter soltado, ninguém tem ordem de enforcar alguém até a morte. Desde os julgamentos de Nuremberg, o argumento de que se está apenas obedecendo a uma ordem é falho porque é possível, dentro de uma ótica humana, saber que uma ordem é moralmente ilegal. (A filósofa alemã) Hannah Arendt cunhou a expressão “banalização do mal” após o

juízo do oficial nazista Adolf Eichmann por genocídio e crimes contra a Humanidade, descrevendo-o como uma pessoa que apenas cumpria ordens, sem questioná-las. Mas ela se enganou porque engoliu o argumento da defesa. Isso seria um exemplo do mito do crime sem paixão, da indiferença frente aos horrores.

### **O recente assassinato de um jornalista americano por extremistas islâmicos na Síria também não pode ser visto como banalização do mal?**

Não, porque há uma motivação política e um interesse disfarçado de religião por trás daquele crime. Tudo ali foi planejado, da mise en scène à divulgação pelas redes sociais. Não foi um ato puramente insano, como parece. Ninguém faz um exército com um bando de serial killers. Há uma logística na guerra e nos conflitos. Eles parecem ser dirigidos pelo caos, mas seguem uma organização e um comando humanos.

### **E os crimes passionais, como podem ser analisados seguindo esse raciocínio?**

São uma versão atualizada dos antigos crimes de honra. Buscam uma desculpa legal para justificar a dominação masculina na sociedade, onde os homens são, de alguma forma, induzidos a mandar porque há todo um sistema os apoiando.

### **A violência quase institucionalizada contra as mulheres na Índia é cultural ou política?**

Muitas feministas vão dizer que é cultural, mas acredito que seja política, porque reflete não apenas uma dominação masculina, mas um poder enraizado que trata temas como os estupros dessas mulheres como algo corriqueiro.

*Carlos Albuquerque*

**Acesse o PDF:** [O conceito de crime passionais é uma invenção, diz Isabelle Delpla \(O Globo, 28/07/2014\)](#)

---

# Pesquisa mostra que uso do espaço público é reduzido para mulheres na França

*(UOL Notícias, 27/08/2014)* Teria a rua se tornado um universo masculino? Com seus comércios, seus bares, suas praças e suas quadras esportivas, o espaço público parece aberto e misto. No entanto, vários estudos e depoimentos mostram que a cidade continua sendo um lugar sexuado, onde as pessoas se cruzam, mas não têm a mesma liberdade de movimentação dependendo do sexo. E onde “muros invisíveis” são erguidos para barrar aqueles que tentam circular. Essa é uma realidade ainda mais significativa na periferia.

Segundo um estudo do Observatório Nacional de Zonas Urbanas Sensíveis (Onzus), mais de uma em cada três mulheres “se sente insegura” em seu bairro, contra uma em cada cinco mulheres nas regiões centrais das cidades. E, segundo a pesquisa anual sobre agressões realizada pelo Instituto de Planejamento e Urbanização de Île-de-France junto a 10.500 mulheres, o medo faz parte da experiência de 69% das mulheres da região, “pelo menos de vez em quando” durante a noite.

Ainda que as agressões não sejam mais frequentes ou numerosas na periferia, é ali que essa sensação está mais ancorada. “O assédio não é maior na periferia, mas o ‘efeito conjunto habitacional’ ali é patente. O controle social coletivo que é exercido na periferia é mais forte do que em outros lugares”, ressalta o geógrafo Yves Raibaud. Mas os sociólogos observam que o sentimento de insegurança provém muito das imposições sociais que as mulheres recebem -o lugar delas não é na rua, fora de casa.

**Elas estão sempre em movimento e raramente passeiam**

Portanto, o uso do espaço público não é o mesmo para os dois sexos: os

homens ocupam as calçadas, os bares, o térreo dos prédios de maneira estática; já as mulheres não param. Elas estão sempre em movimento, raramente passeiam e evitam os lugares masculinos demais. O uso que elas fazem das ruas é mais prático do que lúdico: elas vão ao médico ou pegam o metrô para ir ao trabalho, fazer compras etc.

Foi o que pôde revelar a etnóloga e urbanista Marie-Christine Hohm em um estudo realizado em 2012 no bairro do Grand Parc, no norte de Bordeaux, junto a mulheres recrutadas em três grupos: estudantes de colegial e universitárias, mulheres em situação precária e sozinhas, e idosas. Todas tinham um “mapa mental” de seu bairro com ruas movimentadas e outras a se evitar, observou essa diretora da Agência de Urbanismo de Bordeaux, metrópole de Aquitaine.

Sejam jovens ou mais velhas, elas adotam estratégias para não serem notadas e assediadas, sobretudo à noite. Usam roupas simples, tênis, andam rápido sem responder aos assédios, com um fone de ouvido. Elas saem preferencialmente em grupo. No transporte coletivo, elas se sentam perto do motorista.

“As mulheres não se sentem legítimas no espaço público. Elas não o ocupam com a mesma despreocupação”, afirma Hohm.

### **75% dos orçamentos públicos para rapazes**

As políticas de urbanização reforçaram esse aspecto sexuado da cidade com uma geografia de locais essencialmente masculinos. As pessoas sabem que os bares continuam sendo frequentados em sua maioria pelos homens. Mas não só. Quadras de bocha para os idosos, quadras poliesportivas, pistas de skate, campos de futebol, estúdios de ensaio, todos são espaços onde não se veem mulheres.

Setenta e cinco por cento dos orçamentos públicos servem para financiar lazer dos rapazes, como constatou Raibaud. “Só que, ao consagrar espaços viris e dominantes, reforça-se a presença dos homens no espaço público”, ele observa.

Essa tendência também se encontra nas políticas locais direcionadas para os

jovens: equipamentos como dispositivos de lazer são pensados para os rapazes. Edith Maruéjols, doutoranda na Universidade de Bordeaux, mostrou, ao misturar todas as atividades propostas em uma comuna popular da região (seções esportivas, centros de lazer, escolas de música e de dança, miariatecas), que 60% são frequentadas por rapazes. E, no caso das quadras de esporte de acesso livre, 100%; nas excursões de verão organizadas para os jovens do subúrbio de centros comunitários, 70%.

Já as meninas somem desses lugares quando entram no colegial.

“Isso traz à tona a questão dos estereótipos. É preciso que o poder público se pergunte por que o esporte praticado de maneira mista no colégio não o é fora dele”, afirma a sociogeógrafa.

Por enquanto, a conscientização sobre essa cidade dividida por gêneros está só engatinhando.

*Sylvia Zappi*

*Com conteúdo do Le Monde/ Tradutor: UOL*

*Acesse em pdf: [Pesquisa mostra que uso do espaço público é reduzido para mulheres \(Uol Notícias, 27/08/2014\)](#)*

---

# **Feministas organizam “Palanque” para denunciar situação das mulheres em Pernambuco**

**(Ludmilla Carvalho / SOS Corpo, 26/08/2014)** O Fórum de Mulheres de Pernambuco (FMPE) promoveu na segunda-feira (25), no centro do Recife, o

“Palanque Feminista”. Usando frases de efeito, fazendo críticas e discursando com irreverência, as ativistas feministas falaram das dificuldades enfrentadas pelas mulheres nas diferentes regiões do Estado.

O ato também marcou o encerramento do Encontro Estadual do FMPE, que aconteceu nos dias 23 e 24/08, quando mais de 100 mulheres participaram de oficinas e debates e planejaram ações de enfrentamento à violência de gênero, à falta de creches, ao desemprego, entre outros problemas.

Os assuntos abordados no Palanque saíram dos debates ocorridos nesse Encontro, preparado por meio de escutas realizadas nas três regiões do Estado, com grupos de mulheres de diversos municípios. Nas escutas foram identificadas as principais dificuldades enfrentadas pelas pernambucanas no cotidiano: problemas no atendimento de saúde, transporte precário, violência física e sexual e rotina de trabalho exaustiva, entre outros.

A coleta de informações servirá de referência para as ações do movimento feminista no Estado e também nas articulações de lutas em âmbito nacional.

O “Palanque Feminista” também criticou a composição da política brasileira, na qual a participação feminina ainda é muito pequena, e destacou a importância do feminismo na luta para estabelecer relações de igualdade entre homens e mulheres.

*Crédito das imagens: Acervo FMPE*

[easyrotator]erc\_93\_1409078544[/easyrotator]

### **Para mais informações**

Ludimilla Carvalho (assessoria de comunicação dos SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia)

(81) 3087.2086 / 9758.4841 / 8574.0248

---

# Vinte mil mulheres podem ter sido vítimas de Abdelmassih

**(O Dia, 26/08/2014)** O promotor Roberto Senise Lisboa estima em cerca de 20 mil o total de ex-pacientes que podem ter sido vítimas de práticas ilegais do ex-médico preso Roger Abdelmassih, de 70 anos. As acusações vão desde irregularidades em contratos até abusos.

A informação foi obtida após levantamento feito com as secretárias da clínica do ex-médico durante dez anos. Entre as vítimas, há também mulheres estrangeiras. Condenado a 278 anos de cadeia em 2010 por 52 estupros de funcionárias e pacientes, Abdelmassih foi preso no dia 19 no Paraguai, onde morava com a mulher e os filhos gêmeos.

De acordo com o MP, as ex-pacientes das clínicas do especialista em reprodução humana Abdelmassih podem entrar individualmente com ações cíveis para pedir indenizações por danos físicos e morais à Justiça.

As mulheres responsáveis pela Associação Vítimas de Abdelmassih e Clínica revelam que nunca acionaram a Justiça e não querem ser indenizadas. “Nenhuma de nós quer esse dinheiro. O dano é irreparável. Não tem dinheiro que pague o que sofremos. Nosso interesse era que ele fosse preso”, defende Vanuzia Lopes, vítima e fundadora da associação.

O grupo é administrado por Vanuzia, Teresa Cordioli, Helena Leardini, Ivany Serebrenic, Silvia Franco e Monika Bartkevitch. “Não queria que tivesse vinculado a um interesse financeiro. Se as demais vítimas quiserem, elas têm esse direito e vamos apoiá-las”, explica Vanuzia.

O ex-médico obrigava mulheres que queriam engravidar a assinar autorizações para exames cirúrgicos quando elas estavam sedadas. Além disso, não fornecia o resultado dos testes e ainda deixava de informar o destino dos embriões descartados nos procedimentos.

“Foram detectadas práticas abusivas, ilícitas como não fornecer exames aos pacientes, não fornecer segunda via de contrato e não mostrar a elas o



destino dos embriões não utilizados nas fertilizações”, explicou o promotor Roberto Lisboa.

### **Negada ajuda em dinheiro**

O médico pediatra Ruy Marco Antônio, ex-dono do Hospital São Luiz em São Paulo, negou ontem que tenha enviado dinheiro ao seu amigo Abdelmassih enquanto ele esteve foragido por três anos no Paraguai.

Por intermédio do advogado Paulo Esteves, o pediatra afirmou que há um ano deu até R\$ 200 mil para a irmã e para a filha do ex-médico por amizade, já que as duas estavam passando por dificuldades financeiras.

No domingo, o ‘Fantástico’ mostrou que Ruy Marco Antônio é investigado pela polícia porque teria colaborado financeiramente com Abdelmassih. Ele e mais outras pessoas são suspeitos de integrar uma rede de favorecimento ao condenado.

De acordo com as investigações, Marco Antônio entregava dinheiro vivo para Sérgio Molina Jr., administrador da empresa Colamar, de produtos agropecuários. Uma das donas dessa empresa é Larissa Sacco, ex-procuradora da República e mulher de Abdelmassih.

***Acesse no site de origem: [Vinte mil mulheres podem ter sido vítimas de Abdelmassih \(O Dia, 26/08/2014\)](#)***

---

## **Cidadãs Posithivas decidem reforçar luta da violência contra as mulheres**

***(Agência AIDS, 24/08/2014)*** O Movimento Nacional das Cidadãs Posithivas fez seu 6º encontro estadual nesse fim de semana, em São Paulo. Cerca de 30

mulheres de 16 municípios participaram da reunião, num hotel da Avenida Rebouças. Maria Elisa da Silva, de Osasco, foi eleita a nova representante do movimento no estado de São Paulo.

“Foi uma bela oportunidade de nos unirmos e só isso já é suficiente para fortalecer a nossa luta”, disse a educadora Nair Brito, fundadora do Movimento das Cidadãs Posithivas, nesse domingo (24) à tarde, logo depois do encerramento.

“Uma das discussões mais importantes foi sobre a violência contra as mulheres”, continuou Nair. “A lei Maria da Penha é boa, mas tem muitas falhas tanto no acolhimento das mulheres que denunciam a agressão quanto na punição dos agressores. Decidimos que atuar nessa questão tentando ajudar no combate a essa violência vai ser uma das nossas prioridades.”

O encontro nos estados acontece a cada dois anos e, além de renovar as representações, tem como objetivo justamente definir ou redefinir novos focos de atuação. “Esse ano, vieram não só as mulheres vivendo com HIV/aids mas também várias que convivem. Isso dá um novo vigor às discussões, traz novas reflexões”, disse Sílvia Almeida, também integrante das Posithivas.

Sílvia destacou como ponto forte do encontro as discussões sobre os princípios do Sistema Único de Saúde, que aconteceram a partir de uma palestra de Jean Carlos, da Prevenção do Centro de Referência e Treinamento (CRT/ SP).

O jornalista Paulo Giacomini, representando a Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV, falou sobre ativismo e controle social e Nair Brito, sobre direitos sexuais reprodutivos, além de violência contra a mulher. Américo Nunes Neto, do Instituto Vida Nova, falou sobre a militância das ongs/aids na abertura do encontro.

Cada participante saiu de lá com esse compromisso de seguir reforçando o combate à violência feminina e outros tantos de ajuda mútua e fortalecimento das mulheres com HIV para acrescentar nas agendas de suas regiões. “Com a ajuda de parceiros, conseguiremos avançar”, promete Nair Brito.

**Acesse no site de origem:** [Cidadãs Posithivas decidem, em encontro estadual, reforçar luta da violência contra as mulheres \(Agência AIDS, 24/08/2014\)](#)

---

## **Ex-médico foi julgado pela lei antiga de estupro**

**(Folha de S. Paulo, 23/08/2014)** Segundo informações da juíza Kenarik Boujikian Felipe, o ex-médico, Roger Abdelmassih, foi julgado pela antiga legislação de violência sexual onde alguns casos ainda eram considerados atentado violento ao pudor e não estupro. Para os dois casos as condenações eram as mesmas, de seis a dez anos de prisão.

**Acesse a íntegra no Portal Compromisso e Atitude:** [Ex-médico foi julgado pela lei antiga de estupro \(Folha de S. Paulo, 23/08/2014\)](#)

---

## **Violência obstétrica é um problema, diz Ministério da Saúde**

**(Jornal do Comércio, 22/08/2014)** A audiência pública realizada pelo Ministério Público Federal (MPF) e pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul (MP-RS) na tarde desta quinta-feira para debater a humanização da assistência ao parto e identificar formas de prevenção da violência obstétrica encheu os dois auditórios do terceiro andar do Palácio do MP, em Porto

Alegre, com capacidade para aproximadamente 150 pessoas. Muitas outras assistiram ao evento em pé. A plateia era composta majoritariamente por mulheres que, cobrando soluções, aplaudiram as manifestações a favor da condenação de condutas desumanas.

Lara Werner é representante da rede Parto do Princípio, criada em 2005, que batalha pelo direito à maternidade ativa. Ela contou que, quando criou a rede, as mulheres participantes acreditavam que a questão da violência do parto não passava de lenda. Em 2001, um caso começou a ser investigado na Argentina. A partir daí, a violência obstétrica passou a ser vista como uma violação dos direitos humanos, uma vez que desrespeita a escolha e a autonomia da mulher.

Tal violência é representada por qualquer ação ou omissão praticada por profissional da saúde que cause redução de qualidade de vida ou a morte da mulher, em casos extremos. Lara destacou, em sua exposição, a importância da definição de legislações que deem conta desse tipo de abuso, e do reconhecimento por parte da população da seriedade do tema. “Essas violações podem ser de âmbito sexual, físico, emocional, institucional, quando da recusa de permitir a presença de um acompanhante; ou que diz respeito ao mau atendimento e à pressão de que, mediante pagamento, a grávida possa receber um tratamento melhor, quando se trata de um hospital com atendimento misto”, relata.

Chefe do serviço de ginecologia e obstetrícia do Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA), o médico e professor Sérgio Hofmeister Martins Costa alega que 90% dos partos são feitos por médicos. Atualmente, existem novas perspectivas que requerem a atualização das práticas tradicionais realizadas pelos profissionais da saúde, como a solicitação da presença das doulas e a apresentação de um plano de parto que exponha a escolha das mulheres.

“O médico tem obrigação de respeitar o princípio de autonomia do paciente, mas também precisa levar em consideração o princípio da beneficência, ou seja, de fazer o que será mais benéfico, e da não maleficência, que requer a recusa de procedimentos que possam prejudicar o paciente”, explica Costa.

**Escolha do tipo de parto deve levar em consideração riscos e**

## **benefícios para mãe e bebê**

A partir da metade do século XX, o número de intervenções médicas e de cesáreas aumentou consideravelmente. De acordo com Costa, no Hospital de Clínicas, apesar de a quantidade de intervenções cirúrgicas ter se ampliado, a taxa de mortalidade de mulheres em situação de parto diminuiu. Entretanto, ele salienta a importância de um parto humanizado e seguro.

“Deve-se considerar o risco e o benefício para a mãe e para o bebê. Nossa principal crítica se faz quanto ao ambiente no qual os partos são realizados”, argumenta. A Rede Cegonha, do Ministério da Saúde, prega a realização de partos fora do ambiente hospitalar. A classe médica, representada por Costa, posiciona-se contra tal conduta, que faria com que os riscos para a vida tanto da gestante quanto do bebê aumentassem. Para ele, a melhor alternativa é um acompanhamento duradouro entre a gestante e os profissionais da saúde encarregados daquela paciente.

Para o procurador da República atuante em Santa Catarina Maurício Pessutto, a importância de um acompanhamento constante entre a paciente e a equipe de profissionais que se fará presente no momento do nascimento é fundamental, já a partir do terceiro trimestre da gravidez. “Nem sempre a paciente contemplada pelo SUS será atendida pelos mesmos profissionais durante os nove meses de gestação. Esse é um ponto a ser trabalhado, uma vez que é vital que a paciente tenha conhecimento de seus direitos e dos locais aos quais pode se dirigir para procurar atendimento”, reitera.

Segundo ele, a má conduta do profissional pode constituir uma violação do direito à saúde da mulher e da criança, passível de indenização. Além disso, é dever do servidor público, e também do privado, de respeitar esses direitos. “Esse tipo de violação pode resultar até em ação criminal.”

A procuradora da República atuante em Porto Alegre Suzete Bragagnolo também destaca a importância de uma mudança cultural que pregue a humanização dos atendimentos nas faculdades de Medicina, de Enfermagem e de todos os profissionais que trabalhem na área da saúde. “É imprescindível que os pacientes tenham acesso às informações e saibam quais condutas são esperadas de um médico. A gestante, principalmente,

deve estar ciente dos direitos que pertencem a ela, para que possa identificar um possível desvio de conduta por parte dos profissionais da saúde”, lembra.

O Ministério da Saúde (MS) enxerga a violência obstétrica como um dos principais problemas da saúde pública. Apesar de a mortalidade infantil ter diminuído, a mortalidade neonatal segue alta. De acordo com a coordenadora da Área Técnica de Saúde do MS, Maria Esther de Albuquerque, a realização da cesárea, sem dúvidas, salva vidas. Entretanto, foi banalizada a ponto de ser feita sem a devida necessidade. “Essas intervenções excessivas e o desrespeito ao direito da mulher são marcas do patriarcalismo intrínseco na sociedade”, lamenta. Ao trazer o parto para dentro de um hospital, o procedimento passa a ser médico-cirúrgico. O MS, portanto, luta pelo fim do “business” do nascimento, que apressa partos e induz cesáreas sem respeitar a fisiologia da mulher, de modo a torná-los mais rápidos; pelo emprego de uma equipe multiprofissional, de modo a não deixar o obstetra como único responsável pelo parto e, principalmente, pelo respeito à autonomia e à privacidade da mulher, já vulnerável diante de um acontecimento tão memorável. Maria Esther ainda pondera que há quem acredite que o importante é que o bebê nasça saudável, não importa como. Para outros, entretanto, a forma de nascer provoca profundas interferências na raça humana. E essa escolha deve ser preservada.

*Suzy Scarton*

**Acesse no site de origem:** [Violência obstétrica é um problema, diz Ministério da Saúde \(Jornal do Comércio, 22/08/2014\)](#)

---

## **Dossiê Mulher 2014 - Rio de Janeiro**

Os dados da nona versão do Dossiê Mulher, que consolida os dados sobre a violência contra a mulher no Estado do Rio de Janeiro com base nas

ocorrências registradas nas delegacias policiais fluminenses, traz como inovação a análise oito novos títulos: “Tentativa de Estupro”, “Dano”, “Violação de Domicílio”, “Supressão de Documento”, “Constrangimento Ilegal”, “Calúnia”, “Difamação” e “Injúria”. Com esses dados consolidados, é possível ter um panorama mais amplo da violência contra a mulher conforme tipificação prevista na Lei Maria da Penha: física, sexual, patrimonial, moral e psicológica.

A iniciativa do Instituto de Segurança Pública teve início em 2005.

**Acesse o PDF:** [Dossiê Mulher 2014](#)

[Acesse a série histórica.](#)

---

## Uma mulher é estuprada a cada duas horas no estado do Rio, aponta relatório

**(Agência Brasil, 22/08/2014)** Segundo dados do Dossiê Mulher 2014 divulgado nesta sexta-feira, no estado do Rio, em 2013, 4.872 mulheres foram estupradas, o que significa 13 mulheres atacadas por dia, ou um caso a cada duas horas. Os números refletem apenas os casos registrados oficialmente em delegacias de polícia.

**Acesse a íntegra no Portal Compromisso e Atitude:** [Uma mulher é estuprada a cada duas horas no estado do Rio, aponta relatório \(Agência Brasil, 22/08/2014\)](#)

Leia também: [Relatório anual do ISP mostra que índices de violência contra mulher seguem elevados](#)